

Décima edição do Fórum Jurídico de Lisboa foi destaque

02/07/2022

Começou na última segunda-feira (27/6) a décima edição do Fórum Jurídico de Lisboa. O evento organizado pelo IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ICJP) e pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) teve o mote principal "Governance da Ordem Jurídica em Transformação".

Acadêmicos, juristas, autoridades e representantes da sociedade civil organizada estavam reunidos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), em Portugal, para dialogar sobre desafios, visões e diferentes modelos de sistemas jurídicos presentes em ambos continentes a partir de uma perspectiva de governança em contínua transformação. A **ConJur** acompanhou *in loco* o evento e [noticiou](#) as principais discussões.

Metas em dia

O Superior Tribunal de Justiça [encerrou](#) nesta sexta-feira (1º/7) o semestre judicial com uma breve sessão da Corte Especial, em que o presidente, Humberto Martins, celebrou os resultados obtidos e a meta número 1 do Conselho Nacional de Justiça Alcançada.

De fevereiro a junho, a corte julgou mais processos do que recebeu. Foram registrados e distribuídos 208.119 casos. Os colegiados jugaram em sessão 58.799 e foram registradas 237.425 monocráticas. Ao todo, incluindo agravos e embargos, o STJ somou 296.224 decisões.

"O tribunal superou a marca de 296 mil processos julgados, cumprindo com qualidade, produtividade e excelência toda a meta 1 do CNJ. Conseguimos julgar um número de processos bem maior que o distribuído. Quase 90 mil a mais", comemorou o ministro Humberto Martins.

80 milhões de motivos

Foi lançado nesta semana o [Anuário da Justiça Brasil 2022](#), a maior e mais completa publicação sobre o Poder Judiciário. Esta edição mostra o tamanho e a importância da Justiça no país que alcançou a marca de 80 milhões de processos em tramitação.

A publicação está [disponível gratuitamente na versão online](#) e à venda na [Livraria ConJur](#), em sua versão impressa.

ConJur



Posição do TSE sobre votos de cassados afetou Câmara e 8 Assembleias

Devassa em celular de advogado deve respeitar sigilo profissional, diz STJ

STJ valida permanência indefinida em plano de saúde via cláusula

Sem restrição por lei, cautelar deve durar o tempo necessário para o processo

Segunda (27/6)

Terça (28/6)

Quarta (29/6)

Quinta (30/6)

Suprema Corte dos EUA dificulta arbitragens internacionais

Clamor social não basta para antecipar pena por condenação no júri

STF envia à PGR novo pedido de investigação contra Bolsonaro

Anatel pode instituir cobrança de taxa de emissoras de rádio

TV ConJur

Lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2022

X Fórum Jurídico de Lisboa — Juliana Bumachar

X Fórum Jurídico de Lisboa — Caroline Somesom Tauk

Frase da semana

"Auditar traduz a ideia de conferir procedimentos e instrumentos usados na produção de determinado resultado. Auditar as urnas eleitorais, portanto, não pode se confundir com rejeitar o resultado legítimo e que porventura seja oposto ao interesse pessoal de um ou outro candidato", **presidente do Tribunal Superior**

Eleitoral, ministro Edson Fachin ao fazer balanço do primeiro semestre em período tenso de preparação das eleições de 2022.

Entrevista da semana

Spacca



A advogada e deputada estadual de São Paulo Janaina

Paschoal (PRTB) foi uma das autoras do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo a petição, a petista cometeu crime de responsabilidade ao atrasar repasses para pagamentos de benefícios sociais ao Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e ao autorizar a abertura de créditos suplementares sem a autorização do Congresso. Ao fim do processo, Dilma foi destituída do cargo, em agosto de 2016.

Pré-candidata a senadora, Janaina Paschoal decidiu concorrer ao cargo por entender que falta aos parlamentares um perfil mais jurídico — ela também é professora de Direito Penal da Universidade de São Paulo. Se eleita, pretende "nacionalizar" os projetos que apresentou na Assembleia Legislativa de São Paulo, como um que acelera o processo de adoção e outro que estabelece programa de recuperação de dependentes químicos no sistema carcerário.

Em [entrevista](#) à **ConJur**, Janaina Paschoal ainda defendeu o legado da autodenominada "lava jato", disse ser favorável a candidaturas avulsas e criticou a ação que busca a legalização do aborto no Supremo Tribunal Federal.

As dez mais lidas

ConJur



Fonte: Google Analytics

Juíza processa advogado por ele gravar audiência em que foi

ofendido

OAB-SP promove ato contra juíza que mandou advogado estudar

Maior litigante do país, Bottura é alvo de mandado de prisão

Desembargador aposentado é condenado por ofender advogado

Lenio Streck: *Indefiro, indefiro, eu mando...vai estudar, advogado*

Artigos do Estatuto se aplicam a advogados de estatais sem monopólio

Marcel Monroe: *Luva de Pedreiro e a ação de exigir contas*

Andrea Fassina, apresentadora da *TV Justiça*, morre aos 52 anos

Gilmar anula decisão do STJ e cautelares de juízo incompetente

Penhora de proventos é autorizada para pagar obrigação não alimentar

Manchetes da semana

Segurança e adaptação não impedem devolução de menor sequestrado

Excesso não se resolve na mordança, mas no patrimonial, diz Marco Aurélio

TJ-SP aposta no pagamento direto para agilizar repasse de precatório

Posição do TSE sobre votos de cassados afetou Câmara e Assembleias

Vetar acesso de advogado a escritório na epidemia é indevido

Devassa em celular de advogado deve respeitar sigilo profissional

Clamor social não basta para antecipar pena por condenação no júri

Falta de indícios de autoria leva à impronúncia, não à absolvição

STJ valida permanência indefinida em plano de saúde via cláusula

Sem restrição por lei, cautelar deve durar o tempo necessário para o processo

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-jul-02/decima-edicao-forum-juridico-lisboa-foi-destaque/>